

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL (PPG-MADER)
ESPECIALIZAÇÃO *Lato Sensu* EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS/DAS JOVENS DA ESCOLA DO CAMPO CED PADF
NO ESTUDO DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM COMUNIDADES:
CAMINHOS APONTADOS PARA TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA**

VANILSON JOSE LOURENÇO

**BRASÍLIA-DF
2022**

VANILSON JOSÉ LOURENÇO

**A AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS/DAS JOVENS DA ESCOLA DO CAMPO CED PADF
NO ESTUDO DAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM COMUNIDADES:
CAMINHOS APONTADOS PARA TRANSFORMAÇÃO DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado por Vanilson José Lourenço ao Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, sob a Orientação: Prof^ª. Dr^ª Mônica Castagna Molina e Coorientação: Prof^ª. Me^a Cleide Maria de Souza.

BRASÍLIA-DF
2022

RESUMO

Esta pesquisa foi desenvolvida na escola CED PAD-DF, a partir da motivação gerada pelo Programa Escola da Terra realizado pela parceria entre Secretaria de educação do Distrito Federal, Universidade de Brasília e Ministério da Educação, que tem como foco a formação continuada de Educadores/as das escolas do campo do Distrito Federal. O objetivo foi e está sendo, analisar como a Agroecologia se apresenta nas práticas produtivas dos estudantes /as e suas comunidades, a partir da inserção das categorias da Pedagogia Socialista na construção do inventário. A abordagem qualitativa apoiada no Materialismo Histórico Dialético foi adotada como metodologia da pesquisa. Os sujeitos participantes foram educadores/as e estudantes das turmas de sexto e nono ano do Ensino Fundamental da Escola do campo CED PAD-DF. No decorrer do processo de pesquisa, percebemos que as ações realizadas na escola CED PAD-DF, tem trazido resultados positivos na direção da efetivação como Escola do Campo. Porém, existe a necessidade de refletir sobre os aspectos evidenciados por educadores e estudantes, de modo a construir uma nova proposta de escola que fortaleça a afirmação da identidade como Escola do Campo, contribua para que os/as jovens se reconheçam como sujeitos dispostos a lutar pela permanência no campo com qualidade de vida.

Palavras-chave: Auto-organização. Agroecologia. CED PAD-DF. Jovens. Escola da Terra.

ABSTRACT

This research was developed at Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (CED PAD-DF) since the motivation generated by the participation as a student in the Escola da Terra Program, which is a partnership between the Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, the Universidade de Brasília and the Ministério da Educação (MEC), whose focus is the continuing education of educators from rural schools. The objective has been to analyze how Agroecology is present in the productive practices of students and their communities through the insertion of Socialist Pedagogy categories in the construction of the Historical, Social and Cultural Inventory of CED PAD-DF. A qualitative approach based on Dialectical Historical Materialism was used as a research methodology. The participants were educators and students from the sixth and ninth grade classes of the CED PAD-DF. During the research process, we found that the actions applied have brought positive results towards its realization as rural school. However, there is a need to reflect on the aspects highlighted by educators and students, in order to build a new proposal for a school that strengthens the affirmation of identity as a rural and contributes to the recognition of young people as subjects willing to fight for permanence in the rural area with quality of life.

Keywords: Self-organization. Agroecology. CED PAD-DF. Youth. Escola da Terra Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Região do CED PAD-DF	7
Imagem 2 – Localização do CED PAD-DF no DF	7
Imagem 3 – Planejamento coletivo com educadores(as)19
Imagem 4 – Roda de conversas com estudantes.....	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CED PAD-DF Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal

EJA Educação de Jovens e Adultos

EdoC Educação do Campo

SEEDF Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	7
<u>2 REFERENCIAL TEÓRICO</u>	11
<u>3 PERCURSO METODOLÓGICO</u>	17
<u>3.1 Contextualização da Pesquisa</u>	18
<u>4 CAMINHOS QUE A REALIDADE APONTA</u>	20
<u>5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</u>	25
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	26

1 INTRODUÇÃO

O Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (CED PAD-DF), pertencente a Coordenação Regional de Ensino do Paranoá, está localizado na porção leste do Distrito Federal, região de intensa atividade agrícola. Atende estudantes do Ensino Fundamental anos finais, Ensino Médio e EJA.

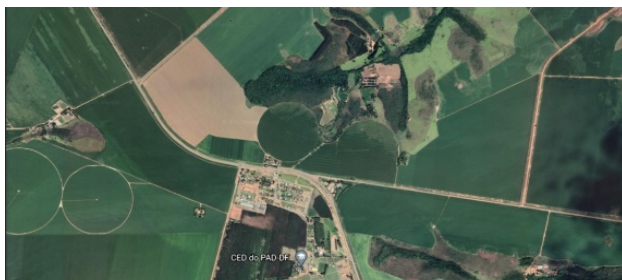


Figura 1 - Região do CED PAD-DF

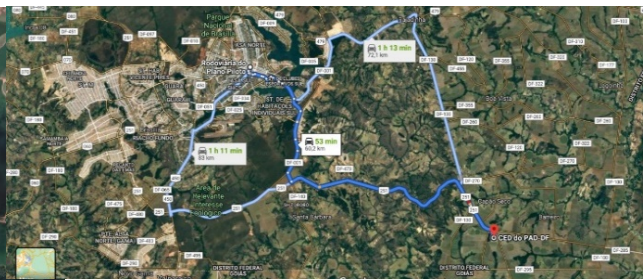


Figura 2 - Localização do CED PAD-DF no DF

Os estudantes que frequentam a escola são oriundos de mais de 20 comunidades, sendo moradores de locais urbanizados, filhos/as de pequenos chacareiros/as, assentados/as pela reforma agrária, trabalhadores/as em fazendas ou filhos/as de agricultores. Alguns estudantes moram bem perto da escola, outras moradias estão localizadas em média 70 km distante da escola.

Na região do CED PADDF, embora esteja presente a atividade da Agricultura Familiar, de acordo com dados do Inventário da realidade, a atividade agrícola predominante é o agronegócio¹ com intensiva e extensiva, uso de agrotóxicos, retirada total da vegetação e automação do processo de produção. Uma agricultura centrada em um modelo de monocultivos para produção de commodities para o mercado exportador.

Essa é uma lógica de produção que expulsa os agricultores familiares do campo, inviabilizando a permanência, sobretudo da juventude camponesa, que não tem tido oportunidades de vida digna no campo, e que em grande parte das vezes não tem acesso à terra para trabalhar.

Essa dificuldade de permanência da juventude no campo se agrava quando associada a outras questões bem recorrentes, como é demonstrado por Castro et al (2009), duas constatações que contribuem para a não permanência da juventude no campo; a primeira constatação é que no mercado de trabalho Brasileiro, os jovens estão em condições

¹ O termo agronegócio, de uso relativamente recente em nosso país foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços. (Medeiros, 2012, p 81-87).

desfavoráveis diante das possibilidades de postos de trabalho ocupados por adultos e, ainda, que ocupam os tipos de trabalho mais precários; a segunda constatação é que na produção familiar, a sua inserção está marcada pelas relações patriarcais, o que tem dificultado as condições de trabalho para aqueles que querem permanecer na terra, à medida que se deparam com o poder de decisão concentrado nas mãos, especialmente do pai, sobre a renda e sobre o que, e como se produz.

Em contraposição, as Escolas do Campo têm buscado, a partir da formação continuada de educadores/as do campo, construir com a participação dos sujeitos camponeses uma proposta educativa que esteja comprometida com a valorização das formas de vida camponesa e com práticas produtivas mais saudáveis do que aquelas nas quais suas famílias estão submetidas nas comunidades. De modo a contribuir para a permanência dos jovens no campo, com qualidade de vida.

A proposta educativa da Escola do Campo tem como princípio a compreensão da realidade, o que se torna possível pela reflexão sobre questões vividas pelos jovens no campo. É nessa perspectiva que a Educação do Campo tem assumido compromisso como:

Modalidade de ensino que nasce por meio das reivindicações dos movimentos sociais e tem como objetivo construir um projeto educacional em que a formação dos sujeitos tenha relação cultural, com valores camponeses, com os modos de produzir, com a formação por meio do trabalho e a formação social, de forma que o educando compreenda todos os processos de formação como sujeitos do seu próprio destino (KOLLING, CERIOLI e CALDART 2002, p.19).

Assim, os processos de formação dos sujeitos do campo devem ocorrer de forma interligada à realidade em que os sujeitos estão inseridos, levando em consideração os aspectos culturais originários bem como as relações de trabalho.

Sendo a realidade instrumento essencial para formação dos sujeitos do campo, ela precisa ser conhecida por aqueles que buscam a transformação da escola por meio da vinculação dos processos pedagógicos com a vida camponesa. Dessa forma, é indispensável a realização do inventário da realidade, pois é nela que estão contidos os elementos para construção do conhecimento.

Hammel, Farias e Sapelli (2015 p. 81) nos ensina sobre o inventário da realidade que:

partir da realidade e estabelecer conexões entre seus elementos e os conteúdos escolares exige o conhecimento da vida que pulsa no entorno da escola; contribui para a tomada de consciência sobre ela, tanto pelos educadores, como pelos educandos e demais integrantes da comunidade; torna a aprendizagem mais significativa; propicia ao sujeito envolvido no processo educativo possibilidade de reconhecer sua vida no espaço escolar que, tradicionalmente, ignora-a; potencializa a possibilidade de reconhecer as relações entre o singular, o particular e o universal, concebendo a vida, portanto, como uma totalidade.

Na busca pela transformação da escola, o CED PAD-DF tem mobilizado esforços para vincular o trabalho escolar com a vida dos estudantes em suas comunidades. Nessa perspectiva, o CED PAD-DF deu início ao processo de construção do inventário. No processo de elaboração foi utilizada a proposta didática para construção de inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, disponível nas Diretrizes da Educação do Campo do DF (SEEDF, 2019).

A Escola do Campo surge nesse movimento de contraposição ao modelo de expansão agrícola protagonizado pelo capital e que segue a lógica de mercado. Isso evidencia que a escola não pode trilhar pelo campo da neutralidade, pois, possui papel fundamental na construção e formação de uma nova sociedade.

É nessa perspectiva que acontece o Programa Escola da Terra (curso de formação continuada para educadores/as das Escolas do Campo), ofertado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e o Ministério da Educação (MEC), possibilitando aprofundamento nos estudos teóricos e práticos em diálogo com as experiências que ocorrem em várias escolas do Distrito Federal, e que foram compartilhadas pelo coletivo.

O Programa Escola da Terra possibilitou também, o estudo sobre as categorias fundantes da Pedagogia Socialista, sistematizadas por Pistrak, Krupskaja e Shulgin no período da Revolução Russa. As categorias, trabalho como princípio educativo, auto-organização e a atualidade foram explicitadas por meio de leituras e reconhecidas pelas experiências exitosas desenvolvidas em Escolas do Campo coordenadas pelos movimentos sociais, especialmente o MST em diversos Estados do país. Práticas inspiradas na Pedagogia Socialista, que passam a adotar a Agroecologia como matriz no processo formativo.

Com base na inserção das categorias da Pedagogia Socialista na construção coletiva do inventário das práticas produtivas, envolvendo educadores, estudantes e comunidade escolar, temos como questionamento que orienta nossas observações nesta pesquisa: **De que forma a Agroecologia se apresenta nos saberes e fazeres vivenciados pelos estudantes e seus familiares nas comunidades?**

Mediante essa questão temos como:

Objetivo geral

- Analisar como a Agroecologia se apresenta nas práticas produtivas dos estudantes e suas comunidades, a partir da inserção das categorias da Pedagogia Socialista na construção do inventário;

Objetivos Específicos

- 1) Identificar como as categorias: trabalho como princípio educativo, atualidade e auto-organização se apresentam na ação desenvolvida.
- 2) Analisar a percepção que estudantes e docentes tiveram do processo fundamentado nas categorias da Pedagogia Socialista.
- 3) Compreender como as categorias da Pedagogia Socialista contribuem para a percepção da Agroecologia nas práticas produtivas desenvolvidas na comunidade.

Durante a formação, a Agroecologia surge como categoria central a ser trabalhada nas Escolas do Campo, objetivando construir uma outra forma de produção e reprodução da vida. De acordo com Guhur e Silva (2021), o que denominamos de Agroecologia tem origem nas atividades camponesas dos povos originários ao longo de 12 milênios, por meio das práxis, os povos camponeses desenvolveram Agriculturas que repensam e atenuam a ruptura na relação sociedade e natureza.

Com base na formação continuada ofertada pelo programa Escola da Terra, tem-se constituído uma ação coletiva no CED PAD DF, que desafia estudantes a se auto-organizarem, pesquisar, identificar, bem como, desenvolver projetos Agroecológicos, tendo a oportunidade de colocar em prática descobertas realizadas mediante pesquisa envolvendo saberes e fazeres vivenciados na comunidade.

A partir dos estudos e debates realizados durante a formação continuada, intenciona-se materializar um movimento de transformação da escola. Mediante as categorias da Pedagogia Socialista estimular o protagonismo juvenil em todas as etapas do processo educativo, oportunizar a compreensão da atualidade. Essas, que subsidiada pelo trabalho como princípio educativo possibilite a percepção das diversas dimensões em que a Agroecologia contribui para constituição e reconstituição da vida humana na terra. O que também contribui para a compreensão do papel da Escola do Campo na construção do conhecimento que se constitui a partir da luta e da prática camponesa.

Nesse sentido, adotamos como metodologia da pesquisa a abordagem qualitativa, apoiados no Materialismo Histórico Dialético, tendo como colaboradores da pesquisa, Educadores e estudantes da Escola CED PAD-DF. Como Sujeitos da pesquisa, temos: dois Educadores que atuam nas áreas de Geografia, Ciências e Matemática, conduzindo as atividades na turma do 6º ano D e duas Educadoras que atuam nas áreas de História e Ciências que desenvolveram as atividades junto a turma do 9º ano C. As turmas têm em média 30 estudantes que participam das atividades relacionadas à pesquisa, a faixa etária na turma de 6º ano é de 10 a 12 anos e na turma de 9º ano é de 14 a 16 anos.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental do inventário da escola e pesquisa de campo, na perspectiva da pesquisa participante. Os dados foram coletados por meio de registro em diário produzidos pelos estudantes através das observações do cotidiano na família e/ou na comunidade pelo período de uma semana, áudios gerados a partir de roda de conversas com os (as) estudantes e entrevistas com educadores (as).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O movimento para constituição da Educação do Campo surge por meio da organização dos movimentos sociais e sindicais na reivindicação pelo direito a terra. Sendo que o primeiro encontro ocorreu na região central do Brasil, em Luziânia-Goiás. São mais de 20 anos de intensos debates, lutas, produções acadêmicas e práticas.

A Educação do Campo, através de significativas mobilizações dos movimentos sociais e sindicais do campo tem construído políticas públicas capazes de efetivar o direito ao acesso à educação. É uma árvore plantada a partir dos percursos trilhados pelos próprios sujeitos camponeses, expressão do movimento prático que evidencia suas necessidades. Esses sujeitos coletivos foram identificados logo no início deste percurso, pois são as diferentes formas de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo; organizações camponesas, quilombolas, indígenas, sem-terra; de comunidades ribeirinhas, de assentamentos; de agricultores familiares, assalariados rurais; são comunidades que trabalham na terra (CALDART 2021).

Caldart (2021) nos ensina que a Educação do Campo é uma forma associativa de lutas coletivas, cujo foco é a educação, mas que não se aparta de outras lutas que a precedem ou completam. Sendo assim, podemos compreender que a luta travada pela Educação do Campo é além de uma educação voltada para os saberes e fazeres dos camponeses, é também luta pela terra, trabalho, cultura, bem como alimentação de qualidade, sem veneno, saúde e oportunidade de participação política, pois é necessário ocupar espaços estratégicos de articulação entre trabalhadores do campo e outros setores da sociedade.

O trabalho como princípio educativo, auto-organização e a atualidade são categorias centrais no processo de constituição da Escola do Campo. De acordo com Pistrak (2018), na proposta da Pedagogia Socialista construída no período da revolução Russa, o trabalho foi considerado articulador no processo educativo, onde os estudantes consigam unificar teoria e prática assegurando o domínio intelectual de todo processo produtivo.

Dessa forma, o trabalho como base da educação deve ser colocado em ligação com o trabalho social com a produção real, com atividades concretas socialmente úteis, sendo que os estudantes mais jovens realizam trabalhos menos complexos e a complexidade se eleva de acordo com a idade. O trabalho que se trata aqui não segue a lógica do sistema capitalista, onde prevalece a alienação, e as classes dominantes colocam a atividade humana como mercadoria.

Tendo como base os estudos de Bahniuk (2021), a atualidade como categoria, nos remete a centralidade das lutas de classe. É importante que o estudante compreenda qual é a luta travada, sobretudo, a partir das relações de trabalho. É importante também que os estudantes entendam que a atualidade não diz respeito apenas ao momento atual, mas tem muito a ver com o contexto histórico alavancado ao longo dos tempos.

Ao acompanharmos o desmonte dos órgãos ligados ao processo de reforma agrária, aumento de concentração de terras, intensificação na liberação de venenos e perseguição de líderes dos movimentos sociais, devemos compreender que esse movimento faz parte da história do país, tendo sido atenuado em um determinado período e que está sendo intensificado pelo governo atual.

Pistrak (2009) e Shulgin (2013), refletiram (e vivenciaram) também a Auto-organização dos estudantes e nos ensina que esta extrapola a atuação na escola pelos estudantes, pois o processo de fragmentação provocado pelo sistema hegemônico, demanda maior organização da classe trabalhadora e isso deve ser ensinado na escola para reverberar na vida cotidiana.

Os estudantes precisam estar preparados para enfrentar e resolver questões pertinentes a suas localidades a partir da compreensão da realidade. O conhecimento científico se faz necessário nesse processo, pois o sistema se torna cada vez mais complexo ao mesmo tempo que os órgãos de representatividade dos trabalhadores são desconsiderados. Dessa forma, é importante que a classe trabalhadora, por meio da auto-organização, compreenda a necessidade de retomar o trabalho como atividade base para a vida humana. O trabalho na produção agrícola familiar, tido como retrogrado ou atrasado, deve ser campo de mobilização, objetivando romper com o rotulo imposto pelo modelo hegemônico.

Nesse mesmo movimento, a produção de alimentos é questão central, uma vez que a mesma, associada às questões em defesa da natureza é vital para a existência humana. Guhur e Silva (2021 p.60) reforça que:

Os povos originários e camponeses foram os primeiros agricultores, criadores e pesquisadores que, ao longo de gerações, identificaram, domesticaram, selecionaram e conservaram as espécies úteis aos seres humanos; que desenvolveram ferramentas, formas de trabalho e técnicas de

produção adaptadas às mais diferentes situações; que configuraram agroecossistemas e sistemas de produção, em um processo de coevolução com as condições naturais locais e, a partir de sua imbricação e cotidianidade com a natureza.

De modo completamente diferente, os meios de produção encabeçados pelo sistema capitalista degradam as bases produtivas, o trabalho e os trabalhadores por meio da mercantilização e exploração da mão de obra, agride os movimentos de mobilização e de resistência do campesinato. Por outro lado, o movimento Agroecológico se dá de forma mais ampla, pensa para além dos processos produtivos, uma vez que os ataques proferidos pelo sistema capitalista recaem não somente sobre as formas de produção de alimentos, mas também sobre toda forma de vida e cultura camponesa, onde são forçados a seguir a lógica de mercado, quando recusam a seguir essa lógica perversa são considerados atrasados e retrógrados. Uma situação que se agravou com a Revolução Verde², onde a alienação do trabalho, as necessidades de gerar capital sobrepõem às necessidades vitais para o ser humano, provocando assim desmembramento do homem em relação à natureza.

Na tentativa de atenuar os efeitos negativos do pacote de tecnologias lançados pela Revolução Verde, a agroindústria buscou alternativas que contemplam apenas uma face que é o processo produtivo com o uso de tecnologias. Por outro lado, Pereira (2012) nos ensina que há os que concebem a Revolução Verde como um problema sob os aspectos social, econômico, político, cultural, agrônômico e ecológico, e, portanto, avaliam que a Revolução Verde causou grandes mudanças estruturais.

O mesmo autor salienta ainda como os camponeses se tornaram dependentes de empresas globais fabricantes dos pacotes tecnológicos. Genes, variedades, sabores, alimentos mantidos por milênios na interação entre cultura e natureza transformaram-se em mercadorias apropriadas pelas corporações. Êxodo rural, dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações. Desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo, são questões esquecidas quando se trata de Revolução Verde.

De acordo com Guhur e Silva (2021), a partir do século XX, o sistema de produção agroecológico passou por um processo de sistematização e organização científica, facilitando a utilização como luta política pela sociedade civil.

² A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Os sistemas diversificados rotacionais foram substituídos por sistemas especializados em monoculturas, baseados no pacote tecnológico da Revolução Verde, em insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, motores à combustão interna, variedades de plantas e animais de laboratório considerados de alto potencial produtivo), no conhecimento técnico-científico, nas grandes extensões de terra (latifúndios) e na irrigação. (PEREIRA, 2012, p 685-688).

As autoras nos evidenciam que:

No momento atual, a dimensão política da agroecologia ganha cada vez mais centralidade: seja na luta dos camponeses, povos tradicionais e originários pelas condições de sua própria reprodução social; seja na importância da agroecologia para a saúde e a soberania alimentar, que mobiliza também os trabalhadores urbanos; seja, enfim, no debate de um outro projeto societário (GUHUR E SILVA, 2021 p. 60).

Devemos reforçar a Agroecologia como instrumento político de luta pelo direito à terra e a produção de alimentos saudáveis, isso se faz cada vez mais necessário em um país que bate recorde de produção de commodities e a produção de itens que compõem a cesta básica ficam em segundo plano.

Ainda segundo as mesmas autores e obra, no Brasil, foi estabelecido a partir de 2000 um calendário permanente de mobilizações, que articulam estados e regiões. Destaque especial para o Encontro Nacional de Agroecologia e o Congresso Brasileiro de Agroecologia que deu origem à associação Brasileira de agroecologia, demonstrando o fortalecimento da Agroecologia como instrumento de luta.

Esse é um movimento que nasce e se desenvolve em contraposição ao modo de produção capitalista que modificou de forma violenta a dinâmica milenar de produção dos camponeses. Ações como expulsão violenta dos camponeses de suas terras; submissão dos povos originários de seus territórios; separação do campo cidade; subordinação da natureza e do trabalho a uma visão mercadológica, passaram a ocorrer com frequência até serem naturalizadas (GUHUR E SILVA, 2021).

É nesse cenário que a Agroecologia e a Educação do Campo se somam. Pois, segundo Caldart (2021), a Agroecologia pode ser definida como um processo vivo de sistematização científica-cultural da transformação histórica da agricultura desde seus próprios fundamentos. Ou seja, na Agroecologia o cultivo da terra é cultivo da vida que também é o cultivo do modo de ser de quem pratica.

Nesse sentido muitas das organizações que lutam por uma Educação do Campo são as mesmas que erguem as bandeiras e ferramentas na construção das práticas agroecológicas. A Agroecologia não acontece apartada ou distante dos processos formativos, é necessário fazer o movimento dialético para compreender as raízes dos processos, e isso se dá por meio de muito estudo, sobretudo dos contextos históricos e sociais dos sujeitos camponeses.

Ainda de acordo com Caldart (2021) a relação entre Educação do Campo e Agroecologia reafirma como princípio comum, uma forma de construção e gestão das políticas públicas que fortalece os sujeitos coletivos em suas práticas, e essa relação tem construído também processos promissores de inserção da Agroecologia nas escolas de

Educação Básica do Campo, restaurando a “relação metabólica” (FOSTER, 2005) da educação com processos produtivos vivos; relação que foi rompida pelo modo capitalista de pensar a educação e a escola.

Nesse contexto, pensar a relação Agroecologia e Educação do Campo é pensar possibilidades de permanência da juventude no campo, a partir da garantia de educação adequada ao contexto vivido pelos estudantes em suas localidades, e que esse processo educativo reconheça a possibilidade de produção livre de pacotes (sementes, adubos químicos e veneno) ditos “modernos” que aprisionam e degradam o ambiente e as pessoas.

Outro ponto importante a ser levado em consideração na relação Agroecologia e Educação do Campo é a dimensão da auto-organização e o trabalho coletivo na formação dos jovens do campo. Mesmo porque esse protagonismo, por muitas vezes lhes é negado, na vida cotidiana.

De acordo com Weisheimer (2013, p.23):

Entre todos os excluídos e marginalizados de nossa sociedade atual, os jovens que vivem em territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis. A invisibilidade social a que estes jovens estão submetidos consiste numa das expressões mais cruéis de exclusão social, uma vez que, dessa forma, eles não se tornam sujeitos de direitos sociais ou alvos de políticas públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão.

Nesse contexto, a Agroecologia e a Educação do Campo se apresentam como sementes de esperança para os jovens camponeses, uma vez que a Agroecologia não se resume em processos produtivos, “o plantar e colher”, a Agroecologia é concepção de vida, onde as pessoas refletem sobre todo processo. Santos e Garcia (2020), nos ensinam que é imprescindível a formação em Agroecologia para a Juventude Camponesa nos espaços escolares e não escolares, diante da importância política, social, cultural e econômica deste tema para a construção de um campo mais digno, feliz e com sustentabilidade da vida.

Desse modo, precisamos pensar uma outra forma escolar, que seja voltada para a classe trabalhadora, que contraponha a escola hegemônica proposta pelo governo e o sistema do capital. Molina e Sá (2012) afirma que a intencionalidade da constituição das Escolas do Campo é alavancar projetos de formação de sujeitos que percebam criticamente as escolhas e premissas socialmente aceitas, e que sejam capazes de formular alternativas de um projeto político. Assim atribui à Escola do Campo uma importante contribuição no processo mais amplo de transformação social.

Por meio das Escolas do Campo busca desenvolver uma formação contra-hegemônica, que dê conta de formular e pôr em prática projetos educacionais integrados com as políticas de transformação social lideradas pelos trabalhadores. Ancorada nos marcos legais,

conquistados a partir das lutas incansáveis dos movimentos sociais, a Escola do Campo diferente da escola rural estabelece uma luta contra-hegemônica e propõe dialogar com as contradições existente na realidade de cada sujeito, de maneira que o conhecimento acumulado pela vivência não seja neutralizado.

Caldart (2014), nos alerta que existem vários movimentos de transformação da forma escolar. Vivemos em uma sociedade capitalista e a escola é vital na manutenção da existência desse sistema. Algumas propostas de mudanças na escola podem inclusive reforçar o sistema vigente, adequando formação da mão de obra para o mercado que explora o ser humano e a natureza a partir dos seus processos produtivos, ou seja, para manutenção da escola que está posta e disponível para a maioria.

Ainda de acordo com a mesma autora e obra existe a necessidade de transformação da forma escolar, porém, o mais urgente é a mudança das relações de trabalho, porque é no seio das relações de produção que são pensadas as formas de dominação impostas à sociedade. Pois, o trabalho é a própria vida humana na sua relação com a natureza, na construção do mundo e de si mesma. Por isso, afirma-se que o trabalho, entendido em seu conceito geral de atividade humana criativa, está na base da constituição do ser humano e a educação não acontece plenamente sem potencializar esse vínculo.

Deve-se pensar o trabalho não sobre a lógica do sistema capitalista, mas o trabalho socialmente produtivo, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história, como princípio de organização do ambiente escolar e que essa organização tenha vínculo com problemas da comunidade e que identifique as questões que movem os sujeitos.

Dessa forma, é necessário que seja rompido os muros da escola, que a escola conheça a realidade dos seus estudantes por meio do inventário da realidade. Caldart (2010) caracteriza o inventário como recurso didático que consiste numa pesquisa diagnóstica coletiva, envolvendo educadores, estudantes e comunidades, em torno de um mapeamento dos elementos do meio onde a escola está inserida, a fim de possibilitar a integração do conhecimento escolar com a realidade, buscando superar a histórica ruptura entre escola e vida. Ou seja, o inventário parte de um roteiro elaborado coletivamente de maneira que envolva o maior número de sujeitos que compõem a escola, imbuídos em pesquisar a comunidade e trazer para dentro da escola a realidade e elementos desta para compor o projeto político pedagógico.

As diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do DF (SEEDF, 2019), afirmam que os recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários destinados à Educação do Campo deverão atender às especificidades da

comunidade escolar, bem como atender aos conteúdos relacionados aos conhecimentos dessa população, considerando seus saberes e fazeres, em diálogo com os saberes acadêmicos.

O mesmo documento apresenta o inventário como ferramenta capaz de realizar levantamentos e registros de aspectos materiais e imateriais de uma determinada realidade, estando as escolas munidas dessas informações os esforços se concentram em materializar a ligação das ações e conteúdos com a vida e as relações sociais de que é parte.

Na intenção de implementar processos educativos transformadores na Escola do Campo, se fazem imprescindíveis articular os temas identificados na realidade com as categorias da Atualidade e da Auto-organização. Estes aspectos, considerados fundamentais, colocam em diálogo as questões cotidianas com outras situações mais gerais e que dizem respeito a totalidade social. Por outro lado, a formação para atuação coletiva na vida real conduz os estudantes para a compreensão e engajamento na realidade, fruto de fenômenos históricos.

Dessa forma, compreender a realidade significa mergulhar nos contextos históricos e enxergar as âncoras que estão lá no fundo, e amarram o que aparece na superfície. Gehrke e Silva (2018), nos ensina que a Atualidade é considerada um elemento central para toda e qualquer ação educativa, pois é por meio de sua compreensão que os estudantes vão entender qual é a natureza da luta travada.

O mesmo autor e obra diz ser por meio da Auto-organização que os estudantes aprendem a se organizar, alcançam a formação multilateral, desenvolvem trabalho coletivo, este, que deve ser proposto diante da necessidade dos próprios estudantes, que atuam para resolver um determinado problema, sempre partindo da vivência e demanda coletiva.

Tendo como objetivo da pesquisa, analisar a partir do inventário como a Agroecologia se apresenta nas práticas produtivas dos estudantes e suas comunidades, as categorias Atualidade e Auto-organização permeiam a caminhada na pesquisa, o que será detalhado no tópico seguinte.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa se dá pelo método qualitativo, apoiados no Materialismo Histórico Dialético. Tendo como base o referencial teórico que ao longo da formação continuada do Programa Escola da Terra foram estudados e debatidos, novas leituras foram agregadas para melhor compreensão do tema.

Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa,

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das

relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação.

Dessa forma, considera-se a pesquisa como qualitativa, pois se dará no chão da escola e das comunidades atendidas a partir da interação entre os estudantes, professores e pessoas da comunidade.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental do inventário da escola e pesquisa de campo, na perspectiva da pesquisa participante. Os dados foram coletados por meio de registro em diário produzidos pelos estudantes através das observações do cotidiano na família e/ou na comunidade pelo período de uma semana, áudios gerados a partir de roda de conversas com os (as) estudantes e entrevistas com educadores (as).

3.1 Contextualização da Pesquisa

O CED PAD DF caracteriza-se como a maior Escola do Campo do DF. A escola atende mais de 20 comunidades, que somam mais de 1300 estudantes que estão distribuídos entre o Ensino Fundamental anos finais, no período Vespertino, Ensino Médio, no período matutino e a EJA no período noturno. Como Sujeitos da pesquisa, temos: dois professores que atuam nas áreas de Geografia, Ciências e Matemática, conduzindo as atividades na turma do 6º ano D e duas professoras que atuam nas áreas de História e Ciências que desenvolveram as atividades junto a turma do 9º ano C. As turmas têm em média 30 estudantes que participaram das atividades relacionadas à pesquisa, a faixa etária na turma de 6º ano é de 10 a 12 anos e na turma de 9º ano é de 14 a 16 anos.

Na etapa anterior ao desenvolvimento da pesquisa foram realizados diálogos com os/as professores/as participantes a fim de debater os vínculos entre Agroecologia e Educação do Campo, construindo coletivamente uma proposta de investigação da realidade. De modo que os estudantes das turmas selecionadas pudessem atuar na construção do inventário das práticas produtivas desenvolvidas pelas famílias e suas comunidades, assumindo uma postura reflexiva mediante as informações e os diálogos estabelecidos sobre a temática da Agroecologia.

Com base nos estudos realizados durante a formação continuada Escola da terra organizou-se junto ao coletivo uma ação pedagógica fundamentada na Pedagogia Socialista, motivando o coletivo na incorporação de elementos da transformação da forma escolar. Algumas questões da atualidade foram amplamente discutidas com os educadores/as,

favorecendo refletir sobre: Como a escola tem caminhado na direção da Escola do Campo e o que precisa avançar? Como romper com relações impositivas? Como romper com o distanciamento entre escola e a vida?

Assim como compreender o que nos ensina Molina e Sá (2012), que a Escola do Campo contribui no fortalecimento das lutas de resistência dos camponeses, e que é imprescindível garantir a articulação político-pedagógica entre a escola e a comunidade, por meio da experiência de práticas e estudos coletivos. Ou seja, a escola precisa passar por processos de transformação, superar a separação entre trabalho manual e intelectual, entre teoria e prática.

Os/as educadores/as desenvolveram estratégias de organicidade, estimulando os/as estudantes a assumir diferentes papéis nas etapas da pesquisa. Inicialmente foram organizados os seguintes grupos: Grupo relator - que assumiu o registro e memória, um tipo de resumo do que é discutido em sala de aula; Grupo Debatedor- que teve como função opinar mais ativamente sobre ações propostas pensando na realidade dos colegas e da turma e sobre os assuntos debatidos; Grupo de socialização - responsável por criar estratégias para compartilhar descobertas com colegas de outras turmas da escola.

Todo o trabalho se deu em articulação com os objetivos de ensino e conteúdo específico das áreas de cada educador (a). Apesar das especificidades das proposições, nas duas turmas a intencionalidade foi apoiar os/as estudantes na investigação acerca das práticas produtivas desenvolvidas pelas famílias em comunidade, evidenciando os saberes e fazeres e associando os conhecimentos intrínsecos da Agroecologia.

Pelo acompanhamento da ação desenvolvida até o presente momento, as categorias Trabalho como princípio educativo, atualidade e auto-organização podem ser visualizadas em todo processo. A Auto-organização acontece no início, quando os estudantes se organizam em grupos com a finalidade de produzir relatórios, promover a propagação da pesquisa por toda escola e realizar comentários, formular perguntas a serem feitas aos professores e demais membros da pesquisa. A Atualidade se apresenta na pesquisa por meio dos debates sobre a agroecologia, categoria utilizada para que os estudantes voltassem o seu olhar sobre as atividades que ocorrem em seu dia a dia e assim perceberem como ocorre a produção de alimentos em sua comunidade e quem são os sujeitos dessa produção. Na elaboração de organogramas, por exemplo, houve relação da agroecologia com a terra, tecnologia, educação ambiental, sustentabilidade, economia, aumento da fertilidade do solo, agricultura familiar, forma consciente de combate à fome, etc.

O Trabalho como princípio Educativo aconteceu em todo processo sem dissociar da Atualidade e Auto-organização. Portanto, quando os estudantes se organizam em equipe, planejam as etapas das ações, produzem relatórios, elaboram questões de pesquisa, criam estratégias de divulgação da pesquisa para a escola, se desafiam a construir debates ou organogramas tendo como foco a Agroecologia, estão mobilizando as categorias pela via do trabalho.

Figura 3 - Planejamento coletivo com educadores(as) Figura 4 - Roda de conversas com estudantes

Essa é uma ação que constitui o inventário como instrumento de compreensão da realidade, que permite o reconhecimento de porções relevantes da realidade, orientando os caminhos a serem seguidos nas próximas etapas. Sendo assim, na próxima seção destacamos algumas significações observadas nos relatos de estudantes e docentes durante essa fase inicial da ação. Salientamos que tais elementos passam a ser objeto de análises do coletivo escolar, as quais podem subsidiar a reorganização do trabalho pedagógico, ajudando a refletir sobre os processos de mudanças na forma escolar.

4 CAMINHOS QUE A REALIDADE APONTA

Os resultados apresentados na pesquisa, por meio dos relatos dos docentes, nos levam a compreender que a forma escolar atual promove ações para reduzir o distanciamento dos conteúdos com a realidade.

A inserção dos estudantes como ativos no ambiente escolar é o caminho primoroso na promoção da socialização e constituição de sua identidade de luta. A importância de se avançar na construção de uma proposta pedagógica escolar que conecte de forma sistemática e concreta os aspectos da vida cotidiana dos estudantes aos conhecimentos produzidos, fica evidenciada na fala da educadora:

“Ainda nesta lógica, o fomento à autonomia do (a) aluno (a) como sujeito que tem domínio e autoridade para falar de sua casa, quintal, comunidade, etc., é louvável e quebra com concepções conservadoras da educação que versam que só o (a) professor (a) é detentor exclusivo do conhecimento válido. A promoção de atividades como a realizada, chama atenção para a escola como espaço de debate, a ser explorado em seus aspectos físicos,

ambientais e sociais, o que é mormente profícuo em momentos onde um grande desafio é reconectar, com base na confiança, no respeito e no acolhimento, vida escolar e vida extra escolar” (Educadora do CED PADDF).

Dessa forma, fica evidente a urgência da escola promover debates sobre as questões da atualidade e da realidade, para que o coletivo escolar se reconheça como sujeitos do processo de transformação da forma escolar. De acordo com Freitas (2010), podemos considerar que a escola, sobre a lógica do capitalismo, perdeu sua relação com a vida, com o trabalho, pois esse sistema expropria o ser humano das atividades criadoras. Os estudantes são induzidos a apostarem em formas de trabalho que os distanciam de uma compreensão crítica das contradições vividas em sociedade e no seu próprio cotidiano.

Um traço marcante observado por educadores, diz respeito ao pertencimento e reconhecimento como sujeitos históricos por parte dos estudantes. O fato de alguns deles (as) não se reconhecerem como sujeitos do campo, que estudam numa Escola do Campo fortaleceu a supracitada lacuna, que mais do que inviabilizar a validade da atividade e dos debates, demonstra a desafiadora necessidade da promoção de tarefas com essa natureza como parte do currículo da Escola do Campo.

“O principal desafio foi, em termos simples, conseguir fazer com que os (as) discentes soubessem que sabiam mais do que pensavam sobre Agroecologia, sustentabilidade e outros assuntos. Muitos alunos e alunas alegavam desconhecimento de alguns desses conceitos específicos, mas quando convidados (as) a contarem livremente como era a situação onde viviam ou o que gostariam de destacar, formulavam definições satisfatoriamente aplicáveis sobre aquilo que inicialmente diziam não entender. Isto demonstra a necessidade de incentivar a capacidade reflexiva sobre as ligações entre conceitos/teorias e vida prática” (Educadora, CED PADDF).

Fica evidente a partir dessa constatação, a necessidade urgente de enfatizar a identidade da escola durante as aulas e em todos os espaços: semana pedagógica, reunião de pais/ mães e responsáveis, etc. A comunidade de modo geral precisa compreender o que venha ser uma Escola do Campo e a importância de ter uma escola com esses princípios no contexto em que vivem.

Os projetos realizados na escola têm buscado atender essa necessidade, mas as ações em curso mostram lacunas como as evidenciadas no decorrer dessa pesquisa. Entre essas, destacando-se a falta de conexões entre os projetos e a dissociação entre teoria e prática. Essas lacunas devem ser objeto de reflexões pelos(as) educadores(as) a fim de transformar a organização do trabalho pedagógico e a escola em sua totalidade.

Assim como nos aponta Molina e Sá (2012) à Escola do Campo se coloca o desafio de conceber e desenvolver uma formação contra-hegemônica, ou seja, de formular e executar um

projeto de educação integrado a um projeto político de transformação social liderado pela classe trabalhadora.

A pesquisa possibilitou ainda analisar o olhar dos jovens sobre os lugares onde moram. Alguns relatos demonstram que as localidades são formadas por diversas chácaras, com várias opções e formas de trabalhar, mas, que os espaços públicos de lazer são insuficientes ou quase inexistentes. O que pode ser observado na fala de uma das estudantes: “uma comunidade consideravelmente grande, tem várias chácaras, poucos lugares para passear e vários para trabalhar”.

Esse aspecto sugere que a escola deve se aprofundar sobre as condições de exclusão que os jovens do campo vivenciam. Santos e Garcia (2020) nos chama atenção para essas questões, quando identifica a juventude do campo como um segmento altamente fragilizado de nossa sociedade, invisíveis ao meio acadêmico e ao sistema político, excluídos do conjunto de direitos básicos para a constituição de um cidadão, e sendo estes não reconhecidos socialmente como sujeitos de direitos, raramente estão entre as pautas das agendas governamentais públicas, inviabilizando o rompimento da própria condição de exclusão.

Nesse sentido, Pistrak (2018) nos orienta sobre a necessidade de as organizações estatais e sociais compreenderem quão grande pode ser o papel da escola na questão, é preciso também que a escola seja um centro cultural e que a educação social penetre fortemente na massa mais ampla da população, é preciso ainda que cada sujeito da comunidade veja a escola como centro cultural e a envolva nesse ou naquele aspecto da vida. Com esse posicionamento, o autor está chamando a atenção para que as ações desenvolvidas pela escola sejam pensadas no sentido de inserir os estudantes na elaboração de projetos formativos nos quais estará presente o lazer, as socializações culturais, hábitos e saberes dos sujeitos camponeses.

No diálogo com os estudantes e educadores sobre a forma de organização da atividade fundamentada nas categorias da Pedagogia Socialista, percebemos a ação realizada como uma estratégia que está articulada a outros grandes desafios, os quais precisam ser enfrentados cotidianamente pelo coletivo escolar, principalmente a construção coletiva de um projeto pedagógico fundamentado na Educação do Campo.

Sobre os desafios em trabalhar com as categorias da Pedagogia Socialista, foi destacada pelos/pelas estudantes a dificuldade em desenvolver a auto-organização, pois, não estavam acostumados a trabalhar em grupo, liderar ou serem liderados, debater temas e chegarem a um consenso. Pelos relatos, parece que esse foi um dos maiores desafios.

Entretanto, os/as estudantes avaliam a proposta como positiva. Eles apontam que caso a auto-organização venha a ser adotada de modo mais contínuo na organização do trabalho

escolar, pode ajudar na aprendizagem do trabalho coletivo e no efetivo exercício da capacidade de convivência mais harmônica entre as pessoas. O que fica evidenciado no relato de alguns dos/das estudantes: “Acho que seria uma forma boa de estudar”, “a gente aprenderia a trabalhar em grupo”, “aprenderia a conviver com as outras pessoas também” (Estudante do CED PAD-DF, 2022).

Eles/elas observam que na própria comunidade esse é um aprendizado essencial, pois sempre que o coletivo se mobiliza torna mais fácil a resolução de grandes problemas. Salientam o quanto esse aprendizado é importante para vida: “Poderiam tentar ajudar o outro pra encontrar uma forma mais fácil de resolver os problemas da comunidade” (Estudante do CED PAD-DF, 2022).

Na avaliação de uma das educadoras participantes, a proposta possibilitou que fossem debatidas questões da realidade, isso estimulou os estudantes a perceberem com mais clareza o lugar onde vivem, compreender e refletir sobre aspectos importantes que impactam em suas vidas, bem como, fazer relação com outras questões mais amplas, com a atualidade.

Nesse sentido, tanto educadores como estudantes reafirmam a importância de inserir reflexões sobre a vivência de práticas cotidianas dos estudantes no ambiente escolar, tomando-as como parte da teoria que se discute no currículo. Portanto, trata-se de ações a serem construídas coletivamente, e que a partir da elaboração do projeto político pedagógico, do inventário da realidade, sejam assumidas de forma contínua e por toda escola, até mesmo porque, uma ação com essa perspectiva, quando assumida de modo pontual por algumas turmas e como estratégia de alguns educadores, causa um certo estranhamento e não produz as mudanças necessárias na concretização do projeto de Escola do Campo.

Nesse sentido, Caldart (2015) reitera que qualquer movimento de transformação em uma escola concreta, terá como partida a escola já existente, com seus sujeitos concretos, suas contradições internas e de seu entorno. Porém, mudanças significativas não ocorrerá enquanto cada professor trabalhar por conta própria, de forma apartada dos demais. Pois a escola é chamada a contribuir para compreensão das questões trazidas da realidade, a tomar posição e a agir de forma organizada de acordo com a exigência de cada questão, articulando teoria e prática.

Nos relatos dos estudantes, quando afirmam que as atividades agrícolas desenvolvidas em sua comunidade não possibilitam o fornecimento da alimentação necessária para subsistência de todos, devido a mesma ser voltada para exportação, percebemos que se faz presente a categoria Atualidade. Demonstrando que a escola tem avançado nesse diálogo, e que

deve cada vez mais criar meios para ouvir o que os jovens têm a dizer sobre as condições de trabalho, a cultura, as contradições, a vida dos sujeitos camponeses.

“Não tiramos a maioria dos alimentos da nossa terra, mesmo sendo de grande ajuda, não é a maior parte”; (Estudante do CED PAD-DF, 2022). “Plantamos feijão e mandioca e quando o mato está alto nós temos que limpar os feijões e a mandioca capinando” (Estudante do CED PAD-DF, 2022).

Em algumas falas percebe-se as relações com outras questões mais amplas. O que remete a extrema importância de que temáticas ligadas a processos produtivos sejam assumidos como matriz no planejamento coletivo, integrando as diversas áreas de conhecimento. Levando em conta que, os modelos de produção citados acima predominam nos arredores da escola. Como salientado em outra fala: “A agroecologia fala também sobre exportação de alimento, onde são exportações muito grandes...tira os nutrientes do ambiente e gera muitos gastos em maquinário e mão de obra, só que nessa eles ganham muito dinheiro” (Estudante do CED PAD-DF, 2022).

Mesmo se tratando do início de um processo, a adoção das categorias da Pedagogia Socialista contribuiu para que os estudantes conhecessem e reconhecessem a Agroecologia em suas comunidades e suas vidas. Por meio da auto-organização dos estudantes foram realizados debates sobre o conceito de Agroecologia, conduzindo-os pela intensa associação teoria e prática, esboçar sua própria concepção do que é Agroecologia. Isso reforça a necessidade de inserção da temática ligada a Agroecologia em todas as disciplinas, para que mais estudantes possam conhecer e reconhecer com maior aprofundamento, a agroecologia. Não somente em sua dimensão técnica, mas também cultural, social e política. E assim, possam atuar multiplicando esses conhecimentos em suas comunidades.

“Pra mim a agroecologia é um tipo de agricultura sustentável na qual nem o ser humano nem a natureza saem perdendo, tendo em mente que o solo dará os nutrientes para os humanos produzirem seus alimentos e os humanos retribuem devolvendo os nutrientes que o solo está precisando por meio da rotação de culturas...Na minha vizinhança a agroecologia não está muito presente, mas acredito que ajudaria muito se estivesse” (Estudante do CED PADDF, 2022).

No decorrer da pesquisa, os estudantes relataram ter bastante pessoas que produzem o seu próprio alimento. “A maioria dos quintais tem horta ou algum pé de fruta...na minha comunidade temos uma referência nacional, a fazenda Malunga, que produz alimentos saudáveis e orgânicos” (Estudante do CED PADDF, 2022).

Eles fazem referência a algumas técnicas utilizadas e associam a produção de alimentos saudáveis com as práticas agroecológicas. “A horta aqui em casa tem

compostagem, utiliza alimentos como casca de banana, de ovos, restos de legumes...já não usamos agrotóxicos” (Estudante do CED PADDF, 2022).

“Onde eu moro eles usam a técnica lavoura-pecuária em algumas áreas onde eles não fazem isso eles jogam semente de nabo forrageiro para cobertura do solo” (Estudante do CED PADDF, 2022).

Contudo, alguns deles demonstram uma compreensão mais ampla, integrando valores culturais, a luta social, a defesa da natureza. Que está presente na afirmação de um dos estudantes: “a agroecologia é a interação humana com a natureza e a agricultura, sempre pensando nas suas consequências para o solo, visando sempre o melhor para a população e para a agricultura” (Estudante do CED PADDF, 2022).

Sabemos que estes são os primeiros passos na direção de um trabalho complexo e desafiador. A forma com que o trabalho foi desenvolvido motivou resgatar valores, perceber relações entre as práticas vividas e o conhecimento que orienta para ação. Essa é uma proposta que permite a inserção da agroecologia como práxis nas Escolas do campo, que “sugere a incorporação consciente da dimensão ecológica da vida ao ser social desenvolvido; além de nos permitir apreender suas múltiplas objetivações (trabalho, práticas, ciência, luta, cultura...)” (GUHUR E SILVA, 2021).

Para além de reconhecer a presença da agroecologia no cotidiano, os estudantes sugerem manejos agroecológicos a partir de questões da atualidade (plantio de árvores em áreas degradadas e nutrição do solo por meio do cultivo de hortas).

“Na minha vizinhança a agroecologia aparece por meio das plantas, árvores, animais, adubação verde, adubação orgânica, práticas de conservação...Na minha escola nós estudamos agroecologia por meio de rodas de conversas na sala de aula, pela horta, pelo sistema de peixe” (Estudante do CED PADDF, 2022).

Esse é um indicativo do potencial deste trabalho, que no processo pretende-se seguir explorando e buscando transformar o modo de produzir conhecimento na escola.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Analisando os caminhos percorridos no processo de pesquisa, percebemos que as ações realizadas na escola CED PAD-DF, tem trazido resultados positivos. Porém, existe a necessidade de maiores avanços em ações que fortaleçam a formação da identidade como Escola do Campo, valorizando a vida, reconhecendo os estudantes como sujeitos camponeses.

Dessa forma, é importante estabelecer relações entre educadores e estudantes e entre os próprios estudantes, criando estratégias para dialogar sobre as propostas de transformação e

encontrar formas de contribuir para que os estudantes e seus familiares assumam posições estratégicas na escola, colaborem ativamente na construção do projeto educativo, bem como, estabelecer espaços de diálogo para tratar com mais ênfase e aprofundamento das contradições vividas, que afastam os jovens do campo.

Outra constatação obtida por meio da pesquisa se apresenta por meio dos relatos de algumas famílias, que discorrem sobre os hábitos de cultivar alimentos em seus quintais, produção na qual empregam técnicas agroecológicas. Esse fator indica um caminho para que a escola, alinhada aos princípios da EdoC, intensifique o uso de ferramentas pedagógicas como Caderno da Realidade, Alternância, Práxis Educativa, Temas Geradoras, Círculos de Culturas com Seminários Integradores e/ou Práticas Educativas Socialmente Úteis, Intercâmbios, parcerias com outras instituições de ensino, com movimentos sociais e associações comunitárias. Tudo isso, a partir da criação de tempos e espaços que propiciem a auto-organizações dos estudantes na realização de atividades adaptadas à faixa etária, de modo a contribuir para que eles socializem essas técnicas e envolvam os demais educadores e estudantes da escola.

Isso levará os mesmos a observarem, ainda mais, as ações produtivas que ocorrem em suas comunidades, tornando-os mais conscientes da realidade que os cerca. Em contrapartida, as ações servirão de estímulos e fortalecimento da transformação da forma escolar.

Reconhecendo o potencial da atividade desenvolvida, os estudantes foram agrupados por comunidades, de acordo com o levantamento utilizado para identificar as localidades em que moram. Serão realizadas visitas à comunidade e/ou famílias que nos resultados apresentaram aproximações com as dimensões da Agroecologia, trabalhadas no processo. O objetivo das visitas é dialogar com a comunidade sobre a Agroecologia e possibilitar que os educadores possam perceber em campo, um pouco daquilo que foi relatado pelos/as estudantes em desenhos e escritos. E que essa percepção possibilite a reorganização das práticas pedagógicas. Levando em consideração o sentimento de pertencimento que permeia a vida dos (das) jovens. Como evidencia a estudante do nono ano: “não troco esse lugarzinho por nada, cresci aqui e vou morar aqui...Na minha casa tem duas hortas e é tudo plantadinho” (Estudante do CED PADDF, 2022).

É esse pertencimento que a Educação do Campo busca construir, as pessoas que vivem no campo, sobretudo os (as) jovens, precisam se sentir felizes e se reconhecerem como sujeitos do campo dispostos a lutar pela permanência com qualidade de vida em suas múltiplas dimensões, a citar, a física, afetiva, social, intelectual e espiritual, potencializando a autonomia e soberania desses sujeitos coletivos de direitos, protagonistas de sua história.

Para tanto se torna necessário o aprofundamento das categorias aqui discutidas, onde o ‘trabalho’ transforma a realidade, o meio e a ‘atualidade’ no reconhecimento e construção de consciência de classes, e identidades de sujeitos, a partir da ‘auto-organização’.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, C. Os desafios da construção da Pedagogia Socialista em tempos de ofensiva do capital e crise sanitária: Universidade de Brasília – UNB – Brasília/DF – Brasil: Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 243-263, maio/ago. 2021.

CASTRO, G, E. et al. Os Jovens Estão Indo Embora?: Juventude rural e a construção de um ator político. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Rural (Edur), 2009.

CALDART, R. S. Educação do Campo e Agroecologia. In: DIAS, A. P. *et al.* (Orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816 p.

_____. Caminhos para transformação da escola. In: CALDART, R, STEDILE, M. E., DAROS, D. (orgs.). **Caminhos para a transformação da Escola 2: Agricultura Camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 115-138.

_____. **Pilares fundantes de uma nova forma escolar**. Síntese. Nov, 2014.

_____. Licenciatura em Educação do Campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: CALDART, R. S.; FETZNER, A. R.; RODRIGUES, R.; FREITAS, L. C. (Orgs.). **Caminhos para transformação da escola 1: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 127-154.

Leite, S. P.; Medeiros, L. S. Agronegócio In: CALDART, R et al (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 81-87.

CED PAD/DF - Centro Educacional do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - CED PAD/DF. **Projeto Político Pedagógico**. Paranoá, DF: 2019.

FREITAS, L. C. A Escola Única do Trabalho: explorando os caminhos de sua construção. In: CALDART, R. S.; FETZNER, A. R.; RODRIGUES, R.; FREITAS, L. C. (Orgs.). **Caminhos para transformação da escola 1: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 155-175.

GUHUR, D; SILVA, N, R. Agroecologia. In: DIAS, A. P. *et al.* (Orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. 816 p.

GEHRKE, M.; SILVA, L. M. de M. **Pedagogia socialista soviética: categorias que se articulam na construção de uma nova escola para uma nova sociedade**. Revista Educere Et Educare, 2018.

HAMMEL, A. C; FARIAS, M. I; SAPELLI, M. L. S. Complexos de Estudo – do inventário ao Plano de Estudos. In: SAPELLI, M. L. S.; FREITAS, L. C.; CALDART, R. S. (Orgs.).

Caminhos para transformação da escola 3: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. p. 19-66.

KOLLING, E, J; CERIOLI, P. R; CALDART, R.S. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

PEREIRA, M. C. B. Revolução Verde. In: CALDART, R et al (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 687-691.

SANTOS, L. S. C. GARCIA, R. P. M. **Agroecologia: estratégia de luta para fortalecimento e resistência da Juventude Camponesa.** Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino, Dossiê n.4, Vol. 1, out. 2020.

MOLINA, M. C.; SÁ, L.; M. Escola do Campo. In: CALDART, R et al (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 326-333.

MINAYO, M. C. S. (Org) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SEEDF. **Diretrizes Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação.** Subsecretaria de Educação Básica. Brasília – DF, 2019.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapas de estudos recentes.** Brasília: MDA, 2013.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho.** Tradução: Luiz Carlos de Freitas. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 288p.

_____. **A escola comuna.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SHULGIN, Viktor. N. **Rumo ao Politecnismo,** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.